

AFRICAN UNION



UNION AFRICAINE

الاتحاد الأفريقي

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, Ethiopia P. O. Box 3243 Telephone: +251 11 551 7700 / Fax: +251 11 5 517 844
website: www.au.int

FI14968

CONSELHO EXECUTIVO
Vigésima Sétima Sessão Ordinária
7 – 12 de Junho de 2015
Joanesburgo - África do Sul

EX.CL/898(XXVII)
Original: Inglês

PROJECTO DO ORÇAMENTO PARA O ANO FINANCEIRO DE
2016



ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO AFRICANA

PARA 2016

COMISSÃO UNIÃO AFRICANA

DIRECÇÃO DE PROGRAMAS, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

1 de Junho de 2015

Subcomité /UA, 1 de Junho

ÍNDICE

ACRÓNIMOS	2
1.0 INTRODUÇÃO	3
DESTAQUES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DE 2014	4
2.0 DESTAQUES DAS PRINCIPAIS REALIZAÇÕES EM 2014	5
3.0 RESUMO Dos PRINCIPAIS resultados para 2016	10
4.0 DESCRIÇÃO GERAL DO orçamento PROPOSTO para 2016	21
5.0 ORÇAMENTO POR ÓRGÃO	23
5.1 Comissão da UA	23
5.2 AGÊNCIA de Planificação e Coordenação da NEPAD (NPCA)	25
5.3 PARLAMENTO PAN-AFRICANO (PAP)	26
5.4 TRIBUNAL AFRICANO DOS DIREITOS HUMANOS E DOS POVOS (TADHP)	27
5.5 COMISSÃO AFRICANA DOS DIREITOS Humanos e dos Povos (CADHP)	28
5.6 CONSELHO CONSULTIVO AFRICANO DA UNIÃO SOBRE A CORRUPÇÃO	29
5.7 Comité AFRICANO de Peritos EM Direitos e Bem-Estar da Criança (ACERWC)	30
5.8 COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA de DIREITO INTERNACIONAL	31
5.9 CONSELHO ECONÓMICO, SOCIAL E CULTURAL (ECOSOCC)	32
6.0 receitas para O ORÇAMENTO DA UA	32
7.0 JUSTIFICAÇÃO DA alteração DAS contribuições ESTATUTÁRIAS DOS ESTADOS-MEMBROS	33
8.0 DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A UNIÃO	33
9.0 CONCLUSÃO	36
AnEXOS	37

ACRÓNIMOS

ACDC – Centros Africanos de Controlo e Prevenção de Doenças
AFREC – Comissão Africana de Energia
IAR – Instituto Africano de Remessas
CAADP – Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África
ZCLC – Zona de Comércio Livre Continental
CIEFFA – Centro Internacional para a Educação da Rapariga em África
CSO – Gabinetes Centrais de Estatística
ECOSOCC – Conselho Económico, Social e Cultural
SG – Serviços Gerais
ONGI – Organização Não-governamental Internacional
IPED – Instituto Pan-Africano de Educação para o Desenvolvimento
IPSAS – NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE DO SECTOR PÚBLICO
NEPAD – Nova Parceria Económica para o Desenvolvimento de África
NPCA – Agência de Planificação e Coordenação da NEPAD
PANVAC – Centro Pan-Africano de Vacinas Veterinárias
PAP – Parlamento Pan-Africano
UPA – Universidade Pan-Africana
CRP – Comité de Representantes Permanentes
CPS – Conselho de Paz e Segurança
CER – Comunidades Económicas Regionais
PME – Pequenas e Médias Empresas
ERF – Estatutos e Regulamento dos Funcionários
NU – Nações Unidas
OMC – Organização Mundial do Comércio

1.0 INTRODUÇÃO

1.1 O projecto de orçamento para 2016 é baseado nas prioridades dos Órgãos da União, tal como estipulado no Quadro Orçamental para o exercício de 2016, que foi analisado de forma exaustiva pelo Subcomité de Programas e Conferências em Março de 2015. Entre outras coisas, o Subcomité analisou os desenvolvimentos sociais e económicos no continente, bem como aspectos e desafios conexos, que influenciaram as áreas prioritárias a serem focalizadas em 2016. Isto, por sua vez, definiu o ritmo da preparação do orçamento como apresentado no presente documento.

1.2 O orçamento visa consolidar os ganhos obtidos com a concretização dos resultados identificados no Plano Estratégico da Comissão da UA para 2014-2017 e implementação das prioridades da Agenda 2063, bem como acelerar os progressos tendo em vista a materialização da Visão da UA. Especificamente, o orçamento foi elaborado com o objectivo de realizar progressos no que diz respeito à implementação de programas, os quais estão centrados nas seguintes áreas: promoção da paz e da estabilidade, expansão da produção agrícola, promoção do desenvolvimento económico inclusivo e da industrialização, reforço das capacidades humanas em África, incorporação da participação das mulheres e da juventude em todas as acções prioritárias e actividades da União e do continente, implementação de estratégias de mobilização de recursos, construção de uma União centrada nas pessoas, e reforço da capacidade institucional da CUA, das CER e de outros Órgãos, e das suas relações com parceiros estratégicos e outros. Tudo isto está categorizado sob cinco Pilares, nomeadamente:

- a) Paz e Segurança;
- b) Desenvolvimento Social e Económico;
- c) Integração, Cooperação e Parcerias;
- d) Valores Comuns; e
- e) Instituições, Capacitação e Comunicação

1.3 O orçamento foi igualmente elaborado tendo em conta que a nova fórmula de orçamentação baseada em fontes alternativas de financiamento entrará em vigor em 2016, sendo que os Estados-membros irão contribuir com pelo menos 10 por cento para o Orçamento de Programas, além de absorver outras despesas recorrentes que não foram realizadas ao longo dos últimos anos devido a restrições orçamentais que resultam da limitação de despesas. Todavia, com a nova fórmula,

os Estados-membros começarão, no orçamento de 2016, a absorver integralmente algumas despesas dos programas que enfrentam actualmente enormes desafios em termos de financiamento por parte dos parceiros, como a Universidade Pan-Africana, a Rede Electrónica Pan-Africana, missões de observação eleitoral, respostas humanitárias, etc .

1.4 O documento está dividido em nove secções: A Introdução situa o orçamento no contexto do trabalho da União e fornece a base do orçamento; A Secção 2 sintetiza os progressos alcançados na execução do orçamento de 2014; A Secção 3 recorda as principais áreas prioritárias seleccionadas do Quadro Orçamental a serem focalizadas em 2016; A Secção 4 fornece uma visão geral do orçamento da UA para 2016; A Secção 5 apresenta o orçamento de cada Órgão e a respectiva justificação do seu aumento, sempre que possível, enquanto a Secção 6 fornece uma indicação das receitas para o orçamento da UA. A Secção 7 apresenta a justificação para a alteração das contribuições estatutárias dos Estados-membros; A Secção 8 salienta as oportunidades e os desafios que a União enfrenta actualmente, e defende a implementação da nova fórmula de orçamentação baseada nas fontes alternativas de financiamento, com base na evidência de redução de financiamento; e a Secção 9 é a conclusão.

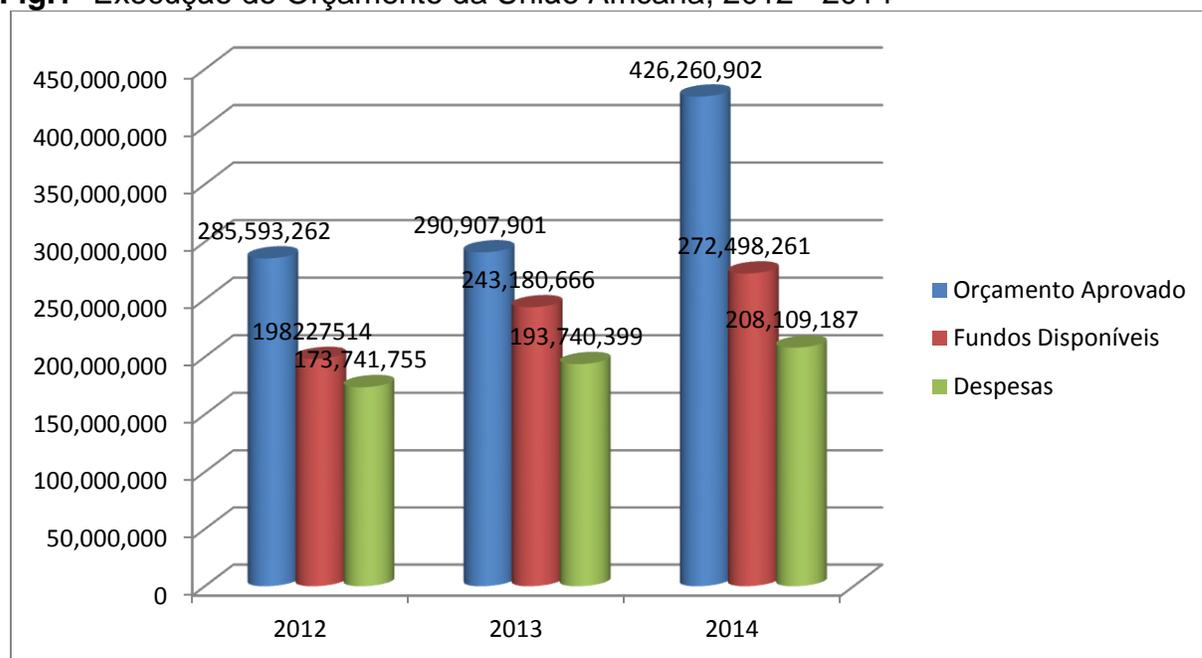
DESTAQUES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DE 2014

As despesas reais da União Africana situaram-se em 208.109.187 \$EU, representando 49 por cento da taxa de execução global. Numa análise mais aprofundada, 119.002.854 \$EU e 89.106.333 \$EU foram executadas do Orçamento Operacional e Orçamento de Programas, a uma taxa de execução de 86 por cento e 31 por cento, respectivamente. Todavia, nem todas as dotações dos programas estavam disponíveis durante o ano em referência. Portanto, medir o desempenho em relação ao orçamento aprovado não reflecte um desempenho exacto. Os fundos disponíveis para os programas da UA foram de 272.498.261 milhões \$EU para os 2014, contra o orçamento aprovado de 426.260.902 milhões \$EU. Neste contexto, a execução do Orçamento Operacional e de Programas, comparada com os fundos disponíveis, se traduz numa taxa de execução de 86 por cento e 67 por cento, respectivamente.

A execução anual do orçamento total da União durante os últimos três anos atingiu uma média de cerca de 192 milhões \$EU, registando a maior despesa registada em 2014, no valor de 208 milhões \$EU, e a menor em 2012, no valor de 173 milhões \$EU, que foram gastos em termos absolutos. No entanto, a taxa de absorção foi maior em 2012, em torno de 88 por cento, enquanto a menor taxa foi registada em 2014, em torno de 76 por cento. Isto deveu-se, principalmente, à menor disponibilidade de fundos dos parceiros para apoiar os programas. A Figura

1 mostra a tendência da execução do orçamento total anual, em termos absolutos, enquanto a Tabela 1 inclui a taxa de absorção.

Fig.1- Execução do Orçamento da União Africana, 2012 - 2014



Fonte: CUA

Tabela 1: Execução Orçamental em relação ao Orçamento Aprovado e aos fundos disponíveis

	Orçamento Aprovado	Fundos Disponíveis	Despesas	Taxa de Absorção do Orçamento	Taxa de Absorção dos Fundo Disponíveis
2012	285.593.262	198.227514	173.741.755	61%	88%
2013	290.907.901	243.180.666	193.740.399	67%	80%
2014	426.260.902	272.498.261	208.109.187	49%	76%

Fonte: CUA

2.0 DESTAQUES DAS PRINCIPAIS REALIZAÇÕES EM 2014

2.1 No cumprimento das suas promessas para 2014, a União registou avanços significativos no que se refere à realização das prioridades contidas nos respectivos Planos Estratégicos dos Órgãos. O que se segue são as principais realizações seleccionadas de 2014, apresentadas por Pilar. Os detalhes completos dos progressos alcançados em 2014 são apresentadas separadamente num Relatório de Actividades Anual referente a 2014:

2.1.1 Paz e Segurança

- A União, através do Programa de Apoio da APSA, assistiu a CUA, as CER e os MR com iniciativas de capacitação para lidar com questões de paz e segurança em África. Como resultado, as actividades de prevenção de crises, intervenções de mediação e de capacitação foram levadas a cabo com êxito em um total de 15 Estados-membros¹ afectados por conflitos durante o período em análise. Em sete desses casos, os conflitos foram contidos, o que resultou no alcance de acordos de paz, facilitação do regresso à ordem constitucional, estabelecimento do processo de diálogo nacional, e início do processo de demarcação de fronteiras. E como acompanhamento, os processos de consolidação/construção pós-conflito da paz foram iniciados, apoiados e monitorizados de forma inclusiva e com sucesso nos referidos Estados-membros.
- A União apoiou dois (2) Estados-membros a iniciarem o processo de criação de mecanismos de coordenação nacionais sobre Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre (ALPC). Desde então, os países têm tomado novas medidas e estão em processo de discussão com a União, através da Comissão da UA, para iniciar intervenções de capacitação dos Mecanismos de Coordenação Nacionais recém-criados. A iniciativa beneficiou também a Polícia Fronteiriça e os Funcionários Aduaneiros dos países no Processo de Nouakchott.
- Num esforço para acelerar a eliminação das causas e factores que desencadeiam conflitos violentos em África, em conformidade com a Declaração do Jubileu de Ouro da UA de Maio de 2013, a União desenvolveu, como um primeiro passo, um Roteiro para a Silenciar as Armas até 2020. Isto contribuirá para a realização do objectivo de uma África sem guerra, bem como encontrar formas para implementar e manter essa posição.
- A CUA, juntamente com a KfW e a COMESA, apoiou um programa de cooperação transfronteiriça (“Programa Comércio para a Paz”), através da construção de infra-estruturas de comércio transfronteiriço na região da COMESA. Esta cooperação é um exemplo de uma intervenção bem-sucedida para a promoção da paz, estabilidade e desenvolvimento numa região propensa a conflitos.

2.1.2 Valores Comuns

¹ República Centro-Africana (RCA), Madagáscar, Sudão do Sul, Burundi, Moçambique, Burkina Faso, Sudão, Líbia, Mali, Somália, República Democrática do Congo, Tunísia, Egipto, Guiné-Bissau, Sudão e Saara Ocidental.

- Um total de dez (10) Estados-membros da UA conseguiram mais de 30 por cento de representação feminina nos seus Parlamentos, nomeadamente, Ruanda (63,8%), Camarões (31,1%), Tanzânia (36%), Argélia (31,6%), África do Sul (44,5%), Angola (36,8%), Moçambique (39%) e Senegal (42,67%).
- Na sequência da Decisão do Conselho, (EX/CL.849 (XXV)), sobre as eleições para a 2.^a Assembleia Geral do Conselho Económico, Social e Cultural da União Africana (ECOSOCC), a União realizou uma campanha de sensibilização a nível do continente para persuadir os Estados-membros a propor candidatos elegíveis para as eleições para a Assembleia do ECOSOCC. Como resultado, a Assembleia Geral foi eleita em Dezembro de 2014 que, por sua vez, elegeu os seus quadros executivos e outros Órgãos Internos para executar as suas actividades.

2.1.3 Desenvolvimento Social e Económico

- Os Estados-membros e o sector de agro-negócios africano foram envolvidos para assegurar a consolidação dos progressos alcançados na promoção de investimentos do sector privado na agricultura africana, bem como estabelecer parcerias público-privadas credíveis para a realização de investimentos no sector agrícola. Como parte dessas parcerias, dentro de um período de 1-2 anos, cerca de 180 empresas internacionais e africanas assinaram compromissos para o investimento de 8 biliões \$EU na agricultura africana. Isto está a contribuir para a criação de dezenas de milhares de postos de trabalho, bem como a beneficiar milhões de pequenos agricultores.
- Em 2014, a União, através da Iniciativa “Política da Terra”, prestou assistência a seis Estados-membros na avaliação, desenvolvimento e implementação das suas políticas de terra e de programas do governo. Além disso, um documento intitulado “Princípios Orientadores para Investimentos Fundiários em Grande Escala em África” foi desenvolvido e posteriormente lançado em 2014.
- A Capacidade Africana de Risco (CAR) está actualmente operacional como um sistema pan-africano de resposta a situações de seca que procura responder às necessidades dos países afectados de uma forma oportuna, eficaz em termos de custos, objectiva e transparente. Com o défice significativo de precipitação na região do Sahel em 2014, a African Risk Capacity Insurance Company Limited tem vindo a fazer pagamentos de até 30 milhões \$EU aos países participantes afectados.
- A União concluiu a preparação de um plano de acção para a sustentabilidade da Rede Electrónica Pan-Africana para a Telemedicina e Teleeducação, conforme solicitado pela Cimeira de Janeiro de 2014. Note-se que, a partir de Dezembro de 2014, os seguintes marcos foram alcançados no que diz respeito

à Rede Electrónica Pan-Africana: 48 Estados-membros assinaram o Acordo PAeN; Um total de 16 700 alunos foram matriculados em vários cursos de licenciatura e pós-graduação em diferentes universidades indianas através da Rede; Um total de 628 Teleconsultas foram feitas e 4700 sessões de Formação Médica Contínua (CME) foram realizadas.

- A União está a coordenar e gerir o programa do Fundo de Gestão do Risco Geotérmico para os países da África Oriental, a fim de incentivar o sector público e privado a explorar mais de 15 000 MW de potencial geotérmico no sistema de Rift, como forma de aumentar o acesso à energia moderna para o desenvolvimento socioeconómico. Como resultado, cinco projectos geotérmicos receberam subvenções em 2014 num montante total de 22 milhões \$EU.
- A União estabeleceu uma missão médica, a missão de Apoio da UA contra o Surto do Ebola na África Ocidental (ASEOWA) e enviou 689 voluntários em 2014. Foi o maior contingente de profissionais de saúde estrangeiros e uma resposta continental histórica a um surto. A missão contribuiu significativamente para travar a propagação da Doença causada pelo Vírus do Ébola através da provisão de pessoal para Unidades de Tratamento do Ébola nos três países afectados, tendo realizado testes de laboratório e rastreado um total de 15.674 contactos. Mais significativamente, a taxa de sobrevivência aumentou de cerca de 30 por cento para 50 por cento em 2014, como resultado da UTE e actividades de extensão.
- A Universidade Pan-Africana (UPA) formou 54 dos primeiros estudantes do nível de mestrado no Instituto da UA de Ciências Básicas, Tecnologia e Inovação (PAUSTI) no Quénia, em 2014.
- A Campanha para a Eliminação do Casamento Infantil em África foi lançada a nível continental em Maio 2014 e em mais dois Estados-membros no mesmo ano, e o seu lançamento a nível nacional estará em curso até 2017 em todos os Estados-membros afectados. A Campanha visa reduzir o número de raparigas no continente que casam com menos de 18 anos dos actuais 45 por cento para 30 por cento até 2016, através de publicidade, campanhas de sensibilização, advocacia e envolvimento dos líderes comunitários, tradicionais e religiosos.

2.1.4 Integração, Cooperação e Parcerias

- As negociações tripartidas sobre a Zona de Comércio Livre (ZCL) - (que compreende 26 países da COMESA, EAC e SADC) em matéria de comércio de bens foram concluídas e o seu lançamento está previsto para Maio de 2015. Uma ZCL entre os membros Tripartidos e a CEDEAO resultaria num grande

bloco comercial de 41 países que representam 76 por cento dos membros da UA e 80 por cento do PIB de África.

- Relativamente às negociações da OMC, através do apoio administrativo e técnico prestado aos negociadores africanos pela União, África desenvolveu uma Posição Comum como resposta aos resultados da Conferência Ministerial da OMC, realizada em Bali, em 2013, e às decisões dos Órgãos Deliberativos da UA (incluindo o Comité de Alto Nível Africano do Comércio e a Conferência) sobre a resposta. Esta resposta aumentou a visibilidade e a atenção dada à geopolítica internacional e negociações sobre o comércio.
- Na sequência da adopção do Protocolo que cria o Banco Africano de Investimento (BAI), 20 Estados-membros já assinaram o Protocolo². No entanto, há um progresso lento na ratificação deste protocolo. Apenas 2 países, Líbia e Congo, ratificaram o Protocolo, de um total de 15 ratificações necessárias para a sua entrada em vigor.

2.1.5 Instituições, Capacitação e Comunicação

- A fim de promover a boa governação em toda a União, várias políticas administrativas chave foram desenvolvidas em 2014 e processadas através dos órgãos deliberativos pertinentes da União. A política de Viagens foi aprovada em Março de 2014, enquanto um outro conjunto de quatro (4) políticas foi concluído e está pronto para promulgação: A política de Recrutamento e Selecção, a política de Subsídio de Educação e Benefícios, o Plano de Assistência Médica e a política de Férias dos Funcionários. Outras políticas ainda estão em fase de projecto, incluindo as relativas à Tecnologia de Informação (TI), Manutenção de Activos, Gestão de Registo e Instalações, e espera-se que sejam finalizadas em 2015.
- Num esforço para modernizar as suas políticas de contabilidade e de gestão financeira e o sistema e processos operacionais, a União, através da Comissão, adoptou a Norma Internacional de Contabilidade do Sector Público (IPSAS) baseada no exercício, como base do seu processo de informação contabilística e financeira. As oito áreas de actividade consideradas críticas no IPSAS (nomeadamente, Demonstrações Financeiras; Propriedade; Instalações e Equipamentos, Realização de Receitas, Realização de Despesas; Câmbio, Inventário; Passivos relativos aos Benefícios dos Funcionários e Questões Orçamentais), actualmente em uso para assegurar o cumprimento, foram elogiadas pelos auditores externos por seguirem as boas práticas.

² Angola, Benin, Burkina Faso, Côte d'Ivoire, Comores, Congo, República Democrática do Congo, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Líbia, Níger, Madagáscar, Senegal, Sierra Leone, São Tomé e Príncipe, Togo e Zâmbia.

- A Comissão iniciou o processo de implementação da sua Estratégia de Comunicação, Advocacia e Marketing 2014 - 2017, adoptada em Março de 2014. A estratégia visa promover a imagem da União e do continente, através da divulgação dos seus programas em conformidade com a Agenda 2063, e fornece um quadro de opções de política e estratégias de comunicação. A estratégia inclui o uso de plataformas de comunicação tais como conferências de imprensa, novos meios de comunicação social, transmissão directa e no site da UA. A Comissão está também a modernizar o Centro Multimédia da UA e dotá-lo de recursos necessários. Além disso, a Comissão emite um número de publicações, tais como materiais de referência, documentos de política, boletins informativos, tratados, revistas, materiais publicitários, serviços e materiais audiovisuais, para mencionar apenas algumas.

3.0 RESUMO DOS PRINCIPAIS RESULTADOS PARA 2016

- 3.1. Conforme descrito no Quadro Orçamental para 2016, a União irá intensificar os seus esforços para alcançar os seguintes resultados seleccionados:
 - a) Rede Integrada de Comboios de Alta Velocidade: Que irá ligar todas as capitais e centros comerciais africanos, através de um comboio de alta velocidade africano, para facilitar a circulação de mercadorias, serviços e pessoas, reduzir os custos dos transportes e aliviar o congestionamento dos actuais e futuros sistemas. Em 2016, este projecto terá uma dotação orçamental de 0,5 milhões de \$EU;
 - b) Unificação do Espaço Africano: Capitalização das oportunidades no sector da aviação, no âmbito da implementação da Decisão de Yamoussoukro sobre um mercado único do espaço aéreo para África. Em 2016, este projecto atraiu um orçamento de 0,6 milhões de \$EU;
 - c) Uma Universidade Virtual e Electrónica Africana: Aumento do acesso ao ensino superior e formação contínua em África, atingindo um grande número de estudantes e profissionais em vários locais ao mesmo tempo e desenvolvimento de recursos relevante e de alta qualidade de Aprendizagem Aberta, à Distância e Electrónica (ODeL) para oferecer ao potencial estudante o acesso garantido à Universidade de qualquer lugar do mundo e a qualquer hora (24 horas por dia, 7 dias por semana). Em 2016, este projecto terá um orçamento de 400 mil \$EU;
 - d) A formulação de uma estratégia de produtos de base. Permitir o valor acrescentado, obtenção de rendas mais altas das suas mercadorias, integração nas Cadeias de Valores Globais, e promoção da diversificação

vertical e horizontal para os países africanos, com base no valor acrescentado e desenvolvimento do conteúdo local. Em 2016, o orçamento para este objectivo será de 200 mil \$EU;

- e) Criação de um Fórum Anual Africano: Concebido para reunir, uma vez por ano, a liderança política africana, o sector privado, académicos e a sociedade civil para discutir sobre a evolução e constrangimentos, bem como as medidas a tomar para a concretização das aspirações e metas da Agenda 2063. Em 2016, este projecto terá um orçamento de 0,1 milhões de \$EU;
- f) Criação da Zona de Comércio Livre Continental até 2017: Para acelerar de forma significativa o crescimento do comércio intra-africano e utilização do comércio de forma mais eficaz como a força motriz do crescimento e do desenvolvimento sustentável, através da duplicação do comércio intra-africano até 2022, reforço da voz comum e do espaço político de África nas negociações comerciais globais e criação de instituições financeiras nos prazos acordados: Banco Africano de Investimento e Bolsa de Valores Pan-Africana (2016); Fundo Monetário Africano (2018); e o Banco Central Africano (2028/34). Em 2016, este projecto atraiu um orçamento de 11 milhões de \$EU;
- g) Passaporte Africano e livre circulação de pessoas: A transformação das leis de África, que continuam, em termos gerais, restritivas à circulação de pessoas, apesar dos compromissos políticos para derrubar as fronteiras com o intuito de promover a emissão de vistos por parte dos Estados-membros, aumentar a livre circulação de todos os cidadãos africanos em todos os países africanos até 2018. Em 2016, este projecto atraiu um orçamento de 500 mil \$EU;
- h) Implantação do Projecto da Barragem do Grande Inga: O desenvolvimento ideal da Barragem do Inga irá gerar 43.200 MW de potência (PIDA), para apoiar os actuais grupos de energia regionais e seus serviços combinados para transformação de África de fontes tradicionais para fontes modernas de energia e garantir o acesso de todos os africanos à electricidade limpa e acessível. Em 2016, este projecto terá uma dotação orçamental de 1 milhão \$EU;
- i) Rede Electrónica Pan-Africana: Este projecto envolve uma vasta gama de partes interessadas e prevê colocar em práticas políticas e estratégias que conduzam a aplicativos e serviços electrónicos de transformação em África; especialmente as infra-estruturas terrestres de banda larga intra-africana; e a segurança cibernética, tornando a revolução da informação a base para a prestação de serviços para as indústrias de bio e nanotecnologia e, em última análise, transformar África numa Sociedade Electrónica. Em 2016, este projecto terá uma dotação orçamental de 500 mil \$EU;

- j) Silenciar as Armas até 2020: Pôr fim a todas as guerras, conflitos civis, violência com base no género e conflitos violentos e impedir o genocídio. Monitorizar os progressos através da criação e operacionalização de um Índice Africano de Segurança Humana (AHSI).

A União irá alcançar os seguintes resultados em 2016.

Resultado 1: Promoção da paz e estabilidade, boa governação, democracia e direitos humanos como bases para o desenvolvimento e sociedades estáveis

3.2. Para o alcance deste resultado, a União irá levar a cabo o seguinte:

- a) Apoio às missões de observação para as eleições previstas para 2016, como parte do fortalecimento da democracia através de eleições transparentes e pacíficas. Em 2016, este resultado terá uma dotação orçamental de 5,8 milhões de \$EU;
- b) Defesa de uma cultura de constitucionalismo e Estado de Direito, com vista a corrigir o problema das mudanças inconstitucionais de governo. Em 2016, este resultado terá uma dotação orçamental de 0,3 milhões de \$EU;
- c) Reforço e melhoria da capacidade institucional dos Estados africanos na prestação de serviços públicos a todos os níveis do Estado, incluindo a descentralização, anticorrupção e gestão dos recursos naturais. Em 2016, este resultado terá uma dotação orçamental de 0,6 milhões de \$EU;
- d) Promoção e protecção dos direitos humanos e dos povos e desenvolvimento do Quadro de Justiça Transitória da União Africana. Em 2016, este resultado terá uma dotação orçamental de 8,2 milhões de \$EU;
- e) Dar resposta às situações africanas de crise humanitária e empreender esforços para uma solução duradoura para o deslocamento forçado no continente. Em 2016, este resultado terá uma dotação orçamental de 0,6 milhões de \$EU;
- f) Operacionalização dos cinco grupos da Arquitectura Africana de Governação e do diálogo e plataforma consultiva da Arquitectura e garantir a sua sinergia com a Arquitectura Africana de Paz e Segurança e o Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares (MAAP). Em 2016, este resultado terá uma dotação orçamental de 0,08 milhões de \$EU;
- g) A União continuará a trabalhar através de seus Escritórios de Ligação para a implementação das iniciativas de pós-conflito que visam promover a reconciliação, a rápida recuperação e os esforços de estabilização, em conformidade com os 6 pilares da Política de Reconstrução e Desenvolvimento Pós-Conflito (PCRD). As Capacidades dos Estados-

- membros serão igualmente reforçadas através da Reforma do Sector de Segurança e programas de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração. Em 2016, este resultado terá uma dotação orçamental de 26,3 milhões de \$EU;
- h) Relativamente à integração do género na área de paz e segurança, a Comissão irá continuar a desenvolver estratégias e mecanismos eficazes para o aumento da participação das mulheres na promoção da paz e segurança no continente, e reforço da protecção em situações de conflito e pós-conflito. A Comissão irá igualmente reforçar a coordenação e a programação nessa área através da CUA, ONU, Mecanismos Regionais das CER, INGO, OSC e outros parceiros multilaterais e bilaterais que trabalhem nessas questões em África. Em 2016, este resultado terá uma dotação orçamental de 0,2 milhões de \$EU;
 - i) O reforço das capacidades do Conselho de Paz e Segurança (CPS) para lidar com as questões de paz e segurança continuará a ser uma das áreas prioritárias da Comissão. Especificamente, será consolidado o papel do CPS como o principal pilar da APSA, que lida com a promoção da paz, segurança e estabilidade em África. Promoção da implementação do Plano de Acção da UA sobre o Controlo da Drogas e Prevenção da Criminalidade. Em 2016, este resultado terá uma dotação orçamental de 1,1 milhões de \$EU.

Resultado 2: Implementação de políticas e instituições para o desenvolvimento sustentável, aumento da produção agrícola, segurança alimentar e nutricional, alargamento do valor acrescentado e acesso ao mercado, e boa gestão dos recursos naturais e ambientais.

3.3. Para o alcance deste resultado, a União irá levar a cabo o seguinte:

- a) As prioridades identificadas para 2016 visam dar resposta à necessidade de apoiar e facilitar os Estados-membros a criar mecanismos para agilizar a implementação dos compromissos de Malabo de sobre a transformação agrícola³, bem como sistemas de acompanhamento dos progressos e de revisão. Nesse sentido, a União irá apoiar os Estados-membros na implementação de programas prioritários do CAADP, incluindo os recursos animais como um instrumento para promoção da produção e produtividade agrícola para segurança alimentar e nutricional e redução da pobreza. Entre outras, a União irá apoiar a apropriação e liderança local para defender o

³ Os compromissos de Malabo de 2014 são, entre outros, sobre (a) a erradicação da fome, (b) abraçar o crescimento e transformação agrícola inclusiva e contribuir para os objectivos de redução da pobreza em pelo menos 50% – concentrando-se na agro-indústria e agro-negócio de valor acrescentado que darão grandes oportunidades para a juventude e as mulheres, (c) triplicar o comércio intra-africano de bens e serviços agrícolas, (d) reforçar a capacidade de resistência dos meios de subsistência e sistemas de produção, e (e) promoção e institucionalização de mecanismos de responsabilização mútua – através da realização de um processo de revisão agrícola a cada dois anos a partir de 2017 e a apresentar relatórios à Conferência a partir de Janeiro de 2018

- crescimento agrícola inclusivo e a agenda de transformação e desenvolver parcerias eficazes para melhorar o alinhamento da coordenação e responsabilidade mútua para resultados. Em 2016, este resultado terá uma dotação orçamental de 14,1 milhões de \$EU;
- b) Apoio e monitorização da valorização do agro-negócio, incluindo o acesso aos recursos produtivos e capacidade das mulheres e da juventude. Em 2016, este resultado terá uma dotação orçamental de 3,2 milhões de \$EU;
 - c) A União irá facilitar a disponibilização dos recursos necessários que garantam que os programas prioritários sobre o meio ambiente e recursos naturais sejam implementados. Para isso, a União irá facilitar o reforço da governação e gestão da terra, da água e de outros recursos naturais, através da implementação de iniciativas de alterações climáticas e desertificação, biodiversidade, redução do risco de calamidades, da terra e florestas, etc. Em 2016, este resultado terá uma dotação orçamental de 3,6 milhões de \$EU;
 - d) Implementação de Programas de Apoio ao Género na Agricultura. Em 2016, este resultado terá uma dotação orçamental de 5,5 milhões de \$EU;
 - e) Promoção do valor acrescentado do comércio intra-regional de pescado para a segurança alimentar em África. Em 2016, este resultado terá uma dotação orçamental de 7,5 milhões de \$EU.

Resultado 3: Desenvolvimento de infra-estruturas e criação do ambiente para o desenvolvimento económico inclusivo, industrialização, comércio intra-africano liderado pelo sector privado e utilização sustentável dos recursos naturais

3.4. Para o alcance deste resultado, a União irá levar a cabo o seguinte:

- a) Desenvolvimento e promoção de políticas comerciais e facilitação das negociações sobre a ZCLC, bem como uma melhor coordenação do engajamento de África nas negociações comerciais multilaterais e regionais. Em 2016, este resultado terá uma dotação orçamental de 11,0 milhões de \$EU;
- b) Validação e implementação da Estratégia de Produtos de Base da UA, que irá resultar em alguns Estados-membros a adoptarem políticas em consonância com as recomendações. Isso irá fazer com que África reduza gradualmente a sua dependência da exportação de matérias-primas, e mitigação da sua vulnerabilidade às alterações dos preços dos produtos de base através da diversificação económica, entre outros. Em 2016, este resultado terá uma dotação orçamental de 0,2 milhões de \$EU;

- c) Prestação de serviços de assessoria técnica aos Estados-membros nas áreas de negociações de contratos de mineração, domesticação da Visão Africana de Mineração, políticas para fazer face às necessidades de mineração artesanal e de pequena escala, etc. O Centro Africano de Desenvolvimento de Minerais (AMDC) será igualmente criado e operacionalizado em 2016. Em 2016, este resultado terá uma dotação orçamental de 0,2 milhões de \$EU;
- d) Trabalhar com as CER na implementação dos projectos identificados no Plano de Acção para o Desenvolvimento Industrial Acelerado de África (AIDA), conforme estipulado pelos Ministros da UA da Indústria. Em 2016, este resultado terá uma dotação orçamental de 16,5 milhões de \$EU;
- e) Apoio dos esforços dos Estados-membros na implementação de Medidas de Facilitação do Comércio no Âmbito da Promoção do Comércio Intra-africano e da OMC. Em 2016, este resultado terá uma dotação orçamental de 0,7 milhões de \$EU;
- f) Desenvolvimento de políticas para a utilização sustentável dos minerais do continente através do desenvolvimento industrial e reforço das PME com destaque nas mulheres e na juventude nos sectores prioritários dos Agro-negócios, Farmacêuticos e Mineração. Em 2016, este resultado terá uma dotação orçamental de 0,2 milhões de \$EU;
- g) A União irá continuar a melhorar o engajamento do sector privado e o ambiente de negócios em África, a fim de promover o comércio dentro de África e no exterior, especialmente através do incentivo das parcerias público-privadas (PPP). Em 2016, este resultado terá uma dotação orçamental de 0,2 milhões de \$EU;
- h) Apoio à conectividade, fiabilidade e rentabilidade das redes e serviços de transportes e de turismo no continente como veículos para o aumento do comércio intra-africano, entre outros. Em 2016, este resultado terá uma dotação orçamental de 19,1 milhões de \$EU;
- i) Aumento do acesso a energias modernas para o desenvolvimento socioeconómico de África. Em 2016, este resultado terá uma dotação orçamental de 2,2 milhões de \$EU;
- j) Apoio aos esforços para criação de um ambiente propício e favorável para a interconectividade intra-africana e para o desenvolvimento de aplicativos e serviços electrónicos. Em 2016, este resultado terá uma dotação orçamental de 5,6 milhões de \$EU;
- k) Apoio a implementação do PIDA com especial referência para o Mecanismo de Prestação de Serviço para promoção da preparação atempada do projecto e funcionamento da Rede Empresarial Continental sobre o

- Financiamento de Infra-estruturas. Em 2016, este resultado terá uma dotação orçamental de 0,8 milhões de \$EU;
- l) Apoio na criação do Instituto Africano de Estatística da União, que será sediado em Túnis (Tunísia) e do Centro Pan-Africano de Formação em Estatística, que será sediado em Yamoussoukro (Côte d'Ivoire) destinados a reforçar a capacidade dos Estados-membros da UA (i) na recolha, análise e divulgação de estatísticas; e (ii) na produção de estatísticas em tempo oportuno e de alta qualidade que possam ser utilizadas para a planificação do desenvolvimento económico e social; bem como apoiar na implementação da Agenda 2063 e na criação de centros de excelência de estatísticas em África. Em 2016, este resultado terá uma dotação orçamental de 2,7 milhões de \$EU;
 - m) Implementação da Carta Africana de Estatística e da Estratégia para a Harmonização das Estatísticas em África (SHaSA). Em 2016, este resultado terá uma dotação orçamental de 2,7 milhões de \$EU.

Resultado 4: Implementação, pelos Estados-membros, de Políticas e programas para a melhoria da saúde, educação e competências de emprego, sustentadas por investimentos em serviços, ciência, investigação e inovação

3.5. Para o alcance deste resultado, a União irá levar a cabo o seguinte:

- a) Promoção de políticas e dos principais programas sobre a utilização do espaço cósmico para o desenvolvimento socioeconómico. Em 2016, a União irá ajudar na divulgação e promoção da implementação da Política e Estratégia Espacial Africana. Isso irá incluir a criação de uma plataforma programática espacial da CUA para coordenação dos programas espaciais africanos. Em 2016, este resultado terá uma dotação orçamental de 1,1 milhões de \$EU;
- b) Facilitação da implementação da Estratégia de Ciência, Tecnologia e Inovação para África de 10 anos (STISA-2024) para acelerar a transição de África para uma economia liderada pela inovação e com base no conhecimento. A UA irá, entre outros, criar e colocar em funcionamento Instituições Pan-Africanas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI), nomeadamente a OPAPI, ASRIC e colocar em funcionamento pleno do AOSTI. Em 2016, este resultado terá uma dotação orçamental de 16,9 milhões \$EU
- c) Promover a operacionalização da Estratégia Continental da Educação decenal. Isto irá incluir advocacia e apoio técnico para a sua integração nos planos de desenvolvimento nacionais e regionais; execução dos programas de ensino superior (bolsas de estudo, mobilidade, harmonização e garantia de qualidade); programas de formação de professores e operacionalização do IPED e CIEFFA. Isto terá um orçamento de 2,5 milhões \$EU em 2016.

- d) A Universidade Pan-Africana (UPA) terá todos os cinco institutos operacionais, incluindo o Instituto de Ciência Espacial na África do Sul, e a criação de seis centros para os institutos. A Reitoria da UPA estará sediada nos Camarões. Isto terá um orçamento de 9,2 milhões \$EU em 2016.
- e) Desenvolvimento e implementação dos instrumentos para a implementação da Universidade Electrónica Africana e da Rede Electrónica Pan-Africana. Em 2016, um montante de 1 milhão \$EU será alocado para esta actividade.
- f) Implementar um acordo de desenvolvimento da juventude em consonância com a Carta Africana da Juventude, a prioridade 5 da Comissão e a Agenda 2063; operacionalização de 10 centros de referência de Formação Técnico-Profissional (FTP) da UA em todas as cinco regiões do continente, em conformidade com a estratégia de FTP da UA de 2013. Esta actividade tem um orçamento de 800 mil \$EU.
- g) Promoção e apoio de Políticas e Programas Chave de Prevenção e Cuidados Primários de Saúde, bem como da Estratégia Regional Africana de Nutrição e reforço das capacidades de vigilância, detecção e resposta a surtos de doenças e ameaças à saúde pública. Esta actividade terá um orçamento de 700 mil \$EU em 2016.
- h) Promoção e reforço de Políticas e Programas de segurança social e protecção de grupos vulneráveis, especialmente crianças e pessoas com deficiência, bem como Trabalhadores Imigrantes. Em 2016, esta actividade terá um orçamento de 400 mil \$EU.
- i) Promoção e implementação de programas e políticas de emprego para a juventude e mulheres. Esta actividade terá um orçamento de 3,6 milhões \$EU em 2016.

Resultado 5: Existência de estratégias para a mobilização de recursos, incluindo fontes alternativas e adicionais de financiamento, para que África possa financiar os seus programas de desenvolvimento

- a) Em 2016, a Comissão irá centrar-se na criação de mecanismos de mobilização interna de recursos, incluindo as Fontes Alternativas de Financiamento, com vista a garantir uma implementação previsível e sustentável das prioridades de desenvolvimento da UA, conforme previsto na Agenda 2063 e na Agenda de Desenvolvimento Pós-2015.
- b) Prestar assessoria sobre as modalidades destinadas a definir os princípios para a apropriação do orçamento pelos Estados-membros dentro de um período de três a cinco anos, como se segue:

- 100% do orçamento operacional;
 - 75% do orçamento de programas; e
 - 25% do orçamento para as operações de paz;
- c) Fornecer assistência em termos de conhecimento especializado aos Estados-membros, a fim de facilitar a escolha de opções sobre fontes alternativas de financiamento, de acordo com a sua capacidade de pagamento.
- d) Examinar e avaliar um conjunto de opções não limitativas e não vinculativas a nível nacional e continental.
- e) Desenvolver um mecanismo de responsabilização para assegurar uma gestão prudente do orçamento da União.
- f) Criação de consciência sobre o mecanismo de mobilização de recursos internos entre os Estados-membros, incluindo a implementação da recomendação de política do estudo da NEPAD-ECA sobre DRM para a implementação de programas e projectos regionais, regionais e continentais.

Todas as actividades acima terão um orçamento de 300 mil \$EU em 2016.

Resultado 6: Uma CUA que interage e envolve os Estados-membros/Intervenientes na definição e implementação da Agenda Africana

3.6. A fim de alcançar este resultado, a União irá facilitar o seguinte:

- a) Posicionamento da Agenda 2063 nas mentes das audiências internas e externas da UA através do estabelecimento correcto do conteúdo da Agenda 2063 e porquê ela deve ser conhecida. (*Pense na Agenda 2063 e pense na “África que Queremos”*).
- b) Construção de uma União Africana Centrada nas Pessoas mais vibrante, positivamente visível através de uma estratégia de comunicação e advocacia activa em tornos dos “direitos humanos”.
- c) Estabelecer uma Estrutura de Comunicação da UA eficaz e operacional.
- d) Apoiar a Implementação dos Projectos de Legado (Programas Voluntários da Diáspora Africana; Base de Dados das Habilidades da Diáspora Africana; Fundos e Mercado de Investimentos da Diáspora Africana em prol do Desenvolvimento Africano).

- e) Fornecer apoio às operações do ECOSOCC para que este possa divulgar e incentivar a incorporação da Agenda 2063 a nível dos Estados-membros. Como parte do seu Plano de Implementação Decenal, o ECOSOCC irá, em 2016, criar sub-órgãos para activar os comités sectoriais como os principais mecanismos operacionais. Além disso, irá mobilizar a Sociedade Civil para assistir e apoiar o trabalho da União nas suas respectivas regiões.

Todas as actividades acima terão um orçamento de 2,9 milhões \$EU em 2016.

Resultado 7: Melhoria das capacidades institucionais da CUA e reforço das relações com as CER, Órgãos da UA e com os parceiros estratégicos e outros

3.7. A União, através dos seus Órgãos, continuará a concentrar-se na sua direcção estratégica para que as suas instituições sejam baseadas na tecnologia e continuem a atrair e manter os seus quadros e, finalmente, melhorar a eficiência. A UA enfrenta o desafio da competitividade, na medida em que perde os seus recursos humanos qualificados para outras organizações. Olhando para como a UA leva a cabo as suas actividades em geral, um grande desafio é a eficiência na implementação da agenda de integração, daí a necessidade de continuar a avaliar os instrumentos que utilizamos. Neste contexto, a União vai:

- a) Melhorar a administração e gestão corporativa para promover e sustentar uma cultura de prestação de contas e responsabilidade.
- b) Impulsionar o desempenho e a eficiência operacional dentro da Comissão.
- c) Coordenar a implementação do Plano de Implementação Decenal da Agenda 2063.
- d) Promover sinergias com órgãos da UA e as CER para melhorar a eficiência e a eficácia.
- e) Melhoria do sistema de gestão financeira para assegurar a transparência contabilística e melhor elaboração de relatórios para os doadores, através da operacionalização do Módulo de Gestão de Subvenções-SAP.
- f) Assegurar que a união africana esteja em conformidade com o IPSAS, tendo em vista a melhoria dos relatórios financeiros e uma maior responsabilização. Operacionalizar o módulo de soluções de elaboração de Orçamentos Públicos-SAP, para melhorar a Orçamentação Baseada em Recursos (RBB).

- g) Realizar auditorias de conformidade e financeiras baseada em sistemas e aumentar o número de auditorias de desempenho/custo-benefício.
- h) Racionalizar os serviços da AHRMD para melhorar a eficácia operacional e permitir que a CUA execute o seu mandato.
- i) Implementar iniciativas destinadas a melhorar os processos com vista a reduzir os custos operacionais e manter uma cultura de excelência.
- j) Desenvolver e implementar um conjunto de soluções de reforço de capacidades, a fim de permitir que a liderança e o pessoal da UA executem de forma efectiva o mandato da Organização.
- k) Operacionalização total (em todos os Órgãos da UA) do novo Sistema melhorado de Planificação, Monitorização, Avaliação e Elaboração de Relatórios.
- l) Optimização do Portal de Gestão do Conhecimento.
- m) Estabelecer medidas para melhorar a capacidade jurídica da Comissão da UA, por forma a melhorar a sua eficácia operacional.
- n) Assegurar relações de trabalho adequadas com os Estados-membros e todos os Órgãos da UA, na qualidade de ponto Focal da Comissão e Secretariado da União.
- o) Melhorar a coordenação entre os departamentos e as direcções.
- p) Integrar a componente de género nas instituições da UA
- q) Prestar serviços técnicos adequados à Comissão, ao CRP, ao Conselho Executivo e à Conferência, no que se refere às suas actividades e reuniões, em coordenação com todas as estruturas da Comissão.
- r) Implementar o Programa de Apoio Multi-agências UA-NEPAD para o Desenvolvimento de Capacidades para as CER (M-CDP) com base no plano de implementação 2015-2025 e lançamento-piloto do programa da UA de Liderança Transformativa em África com as organizações regionais relevantes.
- s) Em 2016 a União Europeia levará a cabo uma revisão e avaliação abrangente de todas as funções e posições existentes a todos os níveis, sua relação e impacto nas realizações dos objectivos da UA. Isto levará à

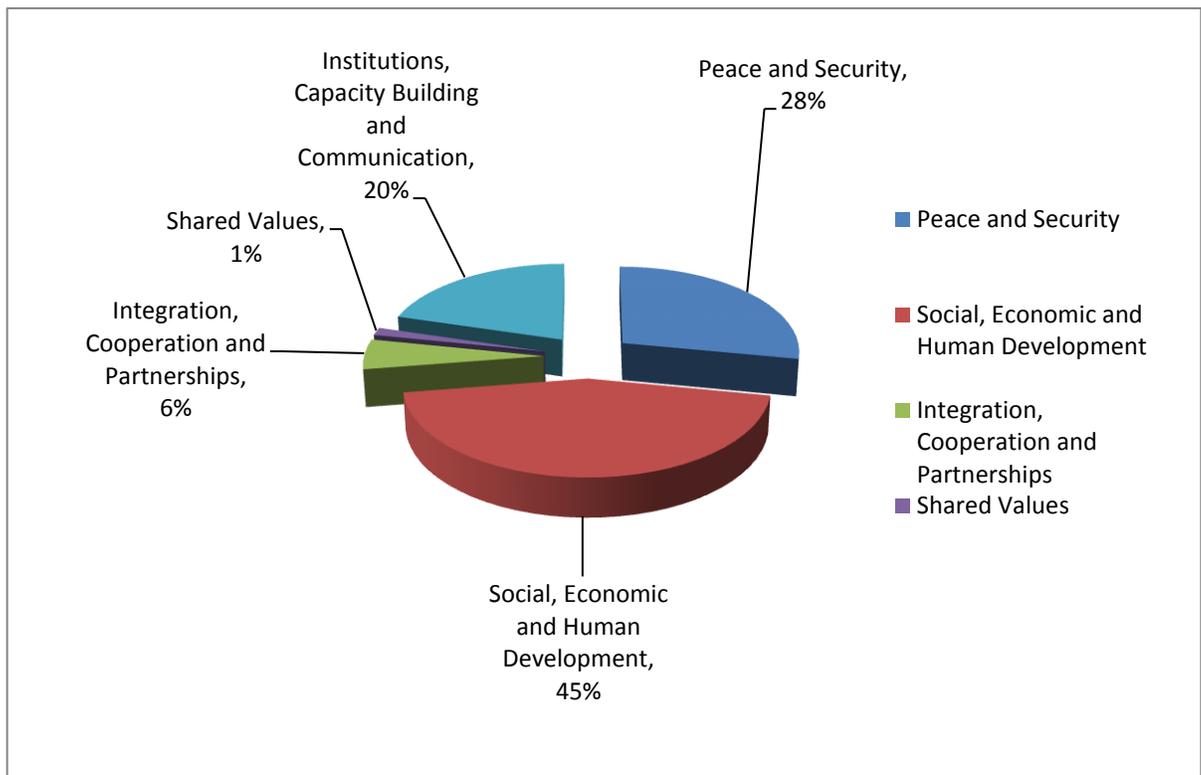
- implementação de uma estrutura organizacional dinâmica, simples e exequível que irá orientar o Plano de Implementação Decenal da Agenda 2063 da UA.
- t) A fim de cumprir os mandatos, a União irá promover e impulsionar o desempenho e a eficiência operacional a nível das instituições da União. Para isto, vai colocar em prática medidas destinadas a melhorar, de forma contínua, o desempenho e a eficiência operacional das instituições da UA em termos de finanças, recursos humanos e administração, planificação jurídica, estratégica, auditoria interna, serviços de conferências, médicos, de protocolo e todos os outros serviços da Comissão, através da criação de referências e adopção de Boas Práticas Internacionais. Em 2016, esta actividade e as supracitadas terão um orçamento de 30,2 milhões \$EU.
- u) A União criará também um Centro de Excelência da UA que vai ajudar no desenvolvimento e implementação de um conjunto de soluções de reforço de capacidades para permitir que os dirigentes e funcionários dos Órgãos da UA cumpram efectivamente o mandato da organização. O instituto estará também aberto aos Estados-membros, especialmente nas áreas de medição e avaliação. Em 2016, esta actividade terá um orçamento de 300 mil \$EU.
- v) A União, através da Comissão, pretende também melhorar as suas infra-estruturas através, entre outras coisas, da construção de um centro de acreditação, um novo refeitório, melhoria dos escritórios em Lilongwe, Lagos, Bamako, Yaoundé, Genebra, Bruxelas, Nova Iorque, e conclusão do edifício de escritórios para o IBAR em Nairobi. Além disso, melhoria de um dos seus edifícios para acomodar os Arquivos. Em 2016, esta actividade terá uma dotação orçamental de cerca de 15 milhões \$EU.
- w) Promoção das sinergias com órgãos da UA e as CER para a melhoria da eficiência e eficácia. Em 2016, esta actividade terá uma dotação orçamental de cerca de 1 milhão \$EU.

4.0 DESCRIÇÃO GERAL DO ORÇAMENTO PROPOSTO PARA 2016

4.1 A proposta de orçamento para a União Africana para 2016 é de **385,078,627 \$EU**, que é 2 por cento inferior ao orçamento de 2015. É composto de Orçamento de Programas, no valor de **255,463,451 \$EU**, e Orçamento Operacional, no valor de **129,615,176 \$EU**. Em termos gerais, a distribuição do orçamento de programas por Pilar revela que 28 por cento é destinado a actividades de Paz e Segurança, 45 por cento será alocado ao Desenvolvimento Social, Económico, e Humano e cerca de 20 por cento é para as Instituições, Capacitação e Comunicações, enquanto 6 por

cento será alocado à Integração, Cooperação e Parcerias, e mais de 1 por cento será alocado a Valores Comuns. Note-se que o 4 por cento indicado para o Pilar de Integração, Cooperação e Parcerias destina-se apenas a programas que tratam da harmonização das políticas e normas em diversas áreas, nomeadamente, transporte, marinha, aviação, comércio, alfândegas, estatísticas, etc, deixando o grosso das intervenções nas mesmas áreas para o Pilar de Desenvolvimento Social, Económico e Humano, que tem uma quota de 34 por cento do orçamento. Abaixo está a apresentação gráfica da distribuição do orçamento para 2016:

Figura 1: Distribuição do orçamento por Componentes



4.2 O quadro abaixo resume a dotação orçamental por Órgão. No quadro, a Comissão da União Africana tem a maior quota do orçamento, 79 por cento, seguida da NPCA com 8 por cento. O ACERWC tem a menor quota do orçamento, 0.1 por cento.

Quadro 1- Distribuição do Orçamento por Órgão

Órgão	Orçamento total			Variação % da Distribuição 2016
	2015 “\$EU”	2016 “\$EU”	Variação %	

CUA	298,629,890	411.713.408	-2.50%	77.55%
PAP	31,880,993	32.764.833	7.99%	8.28%
TADHP (Tribunal)	9,636,401	12.013.984	-2.24%	2.50%
CADHP (Comissão)	5,581,245	7.120.699	-5.76%	1.45%
ECOSSOC	2,034,619	2.500.823	98.79%	0.53%
NEPAD	29,644,237	39.650.496	-17.76%	7.70%
CUADI	684,775	696.463	6.57%	0.18%
Conselho Consultivo sobre Corrupção	776,408	3.681.980	-57.00%	0.20%
Conselho de Paz e Segurança	797,216	1.069.278	5.00%	0.21%
ACERWC	739,178	754.060	164.55%	0.19%
ESCRITÓRIOS ESPECIALIZADOS DA UA				
AFREC	900,255	945,268	5.00%	0.25%
IPED	0	0	-	0.00%
CIEFFA	0	0	-	0.00%
UPA	0	0	-	0.00%
IAR	0	2,135,276	-	0.55%
ACDC		1,593,121		0.41%
Total	393.037.453	385,078,627	-2.02%	

5.0 ORÇAMENTO POR ÓRGÃO

5.1 COMISSÃO DA UA

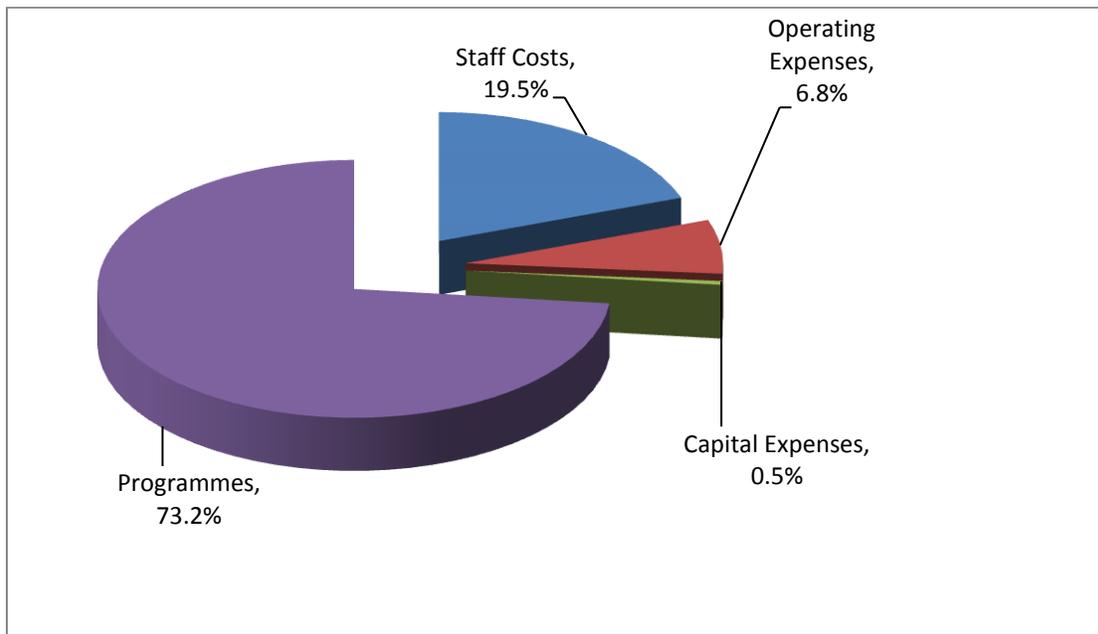
5.1.1 O orçamento da Comissão da UA para 2016 é de **298,629,890 \$EU**, menos 2.5 por cento em relação ao orçamento de 2015. É composto de Orçamento Operacional, **97,893,628 \$EU**, e de Orçamento de Programas, **200,736,262 \$EU**. O Orçamento de Programas, que tem 50 projectos, está dividido em quatro partes:

- a) Orçamento Principal – **158,590,361 \$EU** (79% do orçamento de Programas)
- b) Fundos intermediários (subvenções aos Estados-membros), com um orçamento de **11,552,200 \$EU** (6% do orçamento de Programas)
- c) Assistência Técnica (cujos fundos são utilizados fora do sistema contabilístico da UA), com um orçamento de **2,277,194 \$EU** (1% do orçamento de Programa), e
- d) Projectos especiais (estes são projectos únicos implementados e concluídos num ano), com um orçamento de **28,316,507 \$EU** (14% do orçamento de Programas).

5.1.2 Por outro lado, o orçamento Operacional está distribuído como se segue:

- a) Custos com o pessoal, com um orçamento de **78,477,258\$EU**.
- b) Despesas de Capital, **1,559,098\$EU**
- c) Outros custos operacionais, **17,857,272\$EU**.

Figura 2: Distribuição do orçamento da CUA por categoria de despesas



5.1.3 Esta secção apresenta as actividades prioritárias a serem realizadas em 2016, se os fundos forem assegurados dos Estados-membros:

- a) Implementação de novas iniciativas relativas à melhoria da eficiência na gestão e práticas de recursos humanos a nível do seu pessoal. Esta actividade terá um orçamento de 6,6 milhões \$EU em 2016. Embora o orçamento seja da Comissão, a sua implementação irá abarcar todos os Órgãos a partir de 2016;
- b) Melhoria da segurança e protecção dos edifícios de escritórios e do pessoal, como resultado do aumento das ameaças extremistas. Isto terá um orçamento de 3 milhões \$EU em 2016;

- c) Absorção das pressões com custos recorrentes que emanam de projectos concluídos, como a gestão do novo Centro de Conferências da UA, SAP, VSAT, custos operacionais da Comissão Africana de Energia, o Centro Africano de Controlo de Doenças, CIEFFA, AIR, IPED e AOSTI. Os custos da Rede Electrónica Pan-Africana também serão absorvidos pelos Estados-membros a partir de Julho de 2016. Portanto, isto terá, no seu conjunto, um orçamento de 9,8 milhões \$EU;
- d) Remodelação das infra-estruturas existentes para acomodar, especialmente, os Arquivos. Um total de 900 mil \$EU do orçamento de 2016 será para este fim;
- e) Substituição de equipamentos informáticos obsoletos, a maioria dos quais atingiu a sua vida útil há bastante tempo. Um orçamento de 30 mil \$EU foi reservado para este fim;
- f) Custos com desvinculação de pessoal e custos relacionados com a contratação de pessoal novo para a Comissão. Isto terá um orçamento de 1,4 milhão \$EU
- g) Aumento dos salários base do pessoal como resultado da subida periódica de escalões. Estima-se que isto irá custar à Comissão 2,8 milhões \$EU em 2016;
- h) Subvenções e doações estatutárias para apoio ao Fundo para Refugiados, Fundo para a Paz e Fundo da Mulher, na ordem de 2%, 7% e 0,5% do orçamento operacional total da Comissão. Tudo a ser pago a partir das contribuições dos Estados-membros.
- i) Alargamento do mandato devido, em parte, à intensificação da implementação das prioridades da Agenda 2063. Isto destina-se, especialmente, à implementação de projectos emblemáticos (Comboio Continental de Alta Velocidade e Iniciativa Integrada de Infra-estruturas, Mercado Único Africano de Aviação, Rede Electrónica Pan-Africana, Espaço, Zona de Comércio Livre Continental, Passaporte Africano, Universidade Virtual e Aprendizagem Electrónica, e Barragem do Grande Inga). Os custos dos estudos de viabilidade e implementação de alguns destes projectos terão de ser suportadas pelos Estados-membros, ou seja, estudo de viabilidade para o Comboio de Alta Velocidade, a implementação do passaporte Africano, etc.

5.1.4 A maioria dessas pressões de custos surgiu nos últimos anos, devido ao limite do aumento orçamental de 5 por cento que foi imposto aos orçamentos anteriores.

5.2 AGÊNCIA DE PLANIFICAÇÃO E COORDENAÇÃO DA NEPAD (NPCA)

5.2.1 A NPCA propôs um orçamento de **29,644,237 \$EU** para o exercício de 2016, que é 17.8 por cento inferior ao orçamento aprovado de 2015. O orçamento abarca o orçamento Operacional e de Programas num montante de **4,630,500 \$EU** e

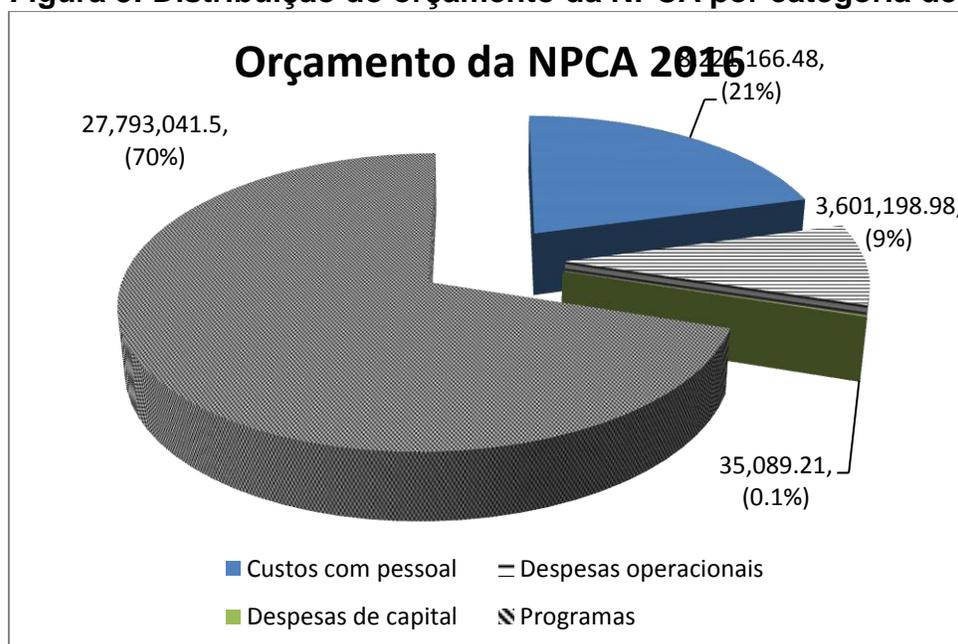
25,013,737 \$EU, respectivamente. O orçamento de Programas tem quatro projectos, e todos deverão ser financiados a partir de recursos de parceiros.

5.2.2 O orçamento para a NPCA está distribuído como se segue:

- a) Custos com pessoal – 3,195,617 \$EU (10,8% do orçamento)
- b) Despesas operacionais - 1,399,794 \$EU (4,7% do orçamento)
- c) Despesas de capital – 35.089 \$EU (0,1% do orçamento)
- d) Programas – 25,013,737 \$EU (84,4% do orçamento)

Vide abaixo a apresentação gráfica da distribuição do orçamento da NPCA.

Figura 3: Distribuição do orçamento da NPCA por categoria de despesas

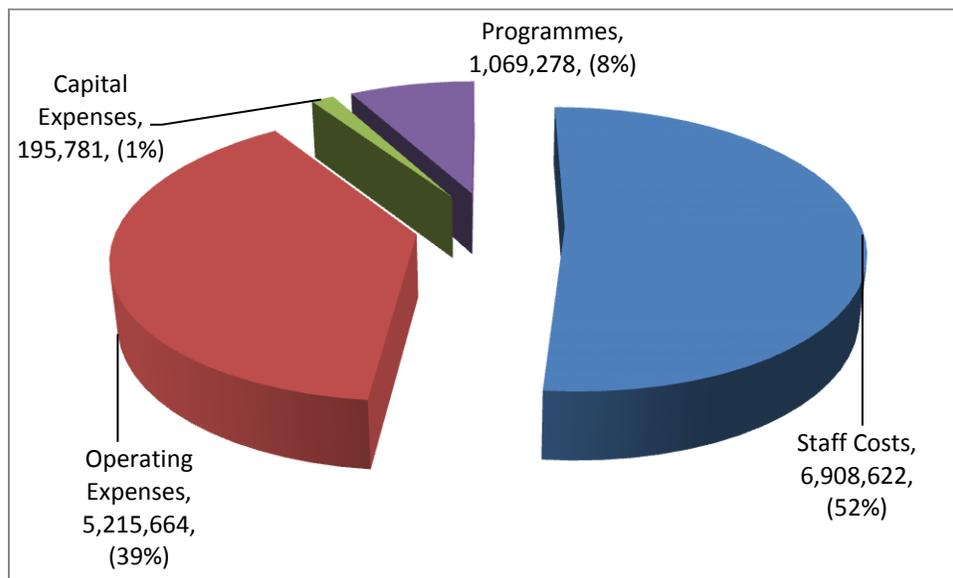


5.3 PARLAMENTO PAN-AFRICANO (PAP)

A proposta de orçamento para o PAP para o exercício de 2016 é de 31,880,993 \$EU, que é 8 por cento superior do que o orçamento aprovado de 2015. Está dividido em orçamento operacional, num montante de 11,436,230 \$EU, e orçamento de programas, num montante de 20.444.766 \$EU. O orçamento de Programas será financiado na totalidade por fundos de parceiros. O orçamento para o PAP sofreu um incremento devido, em parte, ao aumento de mecanismos e processos, bem como devido a necessidade de intensificar os esforços para a acelerar a ratificação e incorporação dos instrumentos jurídicos da UA, para além da implementação de actividades que irão envolver os cidadãos africanos na tomada de decisões da UA

através da incorporação das vozes dos africanos programas da União. Abaixo encontra-se a apresentação gráfica da distribuição do orçamento do PAP por categoria:

Figura 4: Distribuição do orçamento do PAP por categoria de despesas



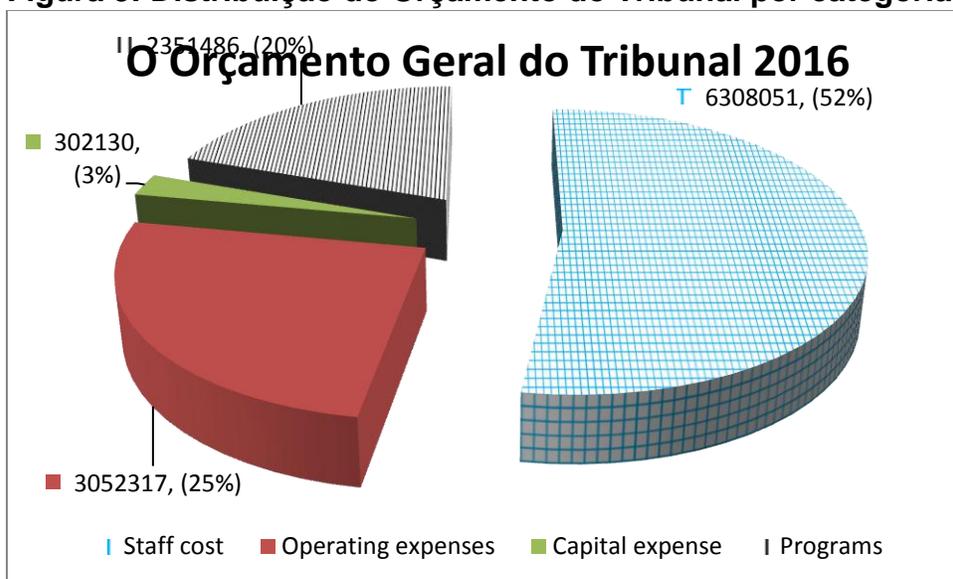
5.4 TRIBUNAL AFRICANO DOS DIREITOS HUMANOS E DOS POVOS (TADHP)

O Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos elaborou um projecto de orçamento no montante de 9,636,401 \$EU, que é 2.2 por cento inferior ao orçamento de 2015. Tem a seguinte composição:

- a) Custos com pessoal – 4,755,874 \$EU
- b) Despesas operacionais – 2,301,254 \$EU
- c) Despesas de capital - 227,786 \$EU
- d) Programas – 2.351.486 \$EU

Vide abaixo a apresentação gráfica da distribuição do orçamento do Tribunal para 2016:

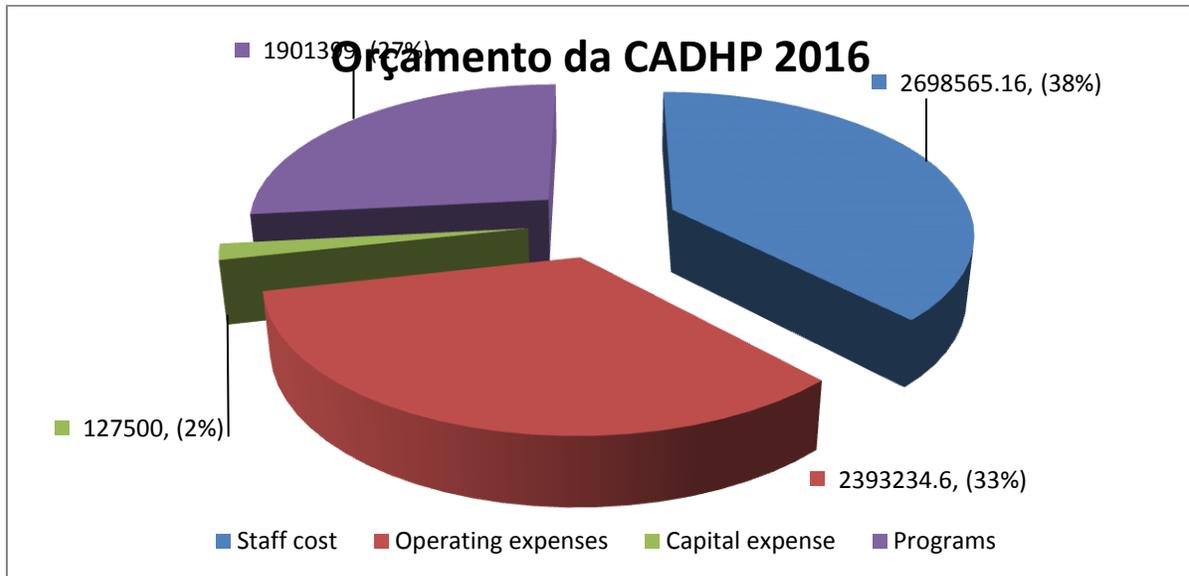
Figura 5: Distribuição do Orçamento do Tribunal por categoria de despesas



5.5 COMISSÃO AFRICANA DOS DIREITOS HUMANOS E DOS POVOS (CADHP)

A Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos tem um projecto de orçamento de 5,581,245 \$EU para 2016, 5.8 por cento inferior ao de 2015. Deste montante, 4,279,846 \$EU estão reservados para o orçamento operacional, enquanto 1,301,399 \$EU para o orçamento de programas. A distribuição do orçamento da CADHP por categoria de despesas é apresentada no gráfico a seguir:

Figura 6: Distribuição Orçamento da CADHP por Categoria de Despesas

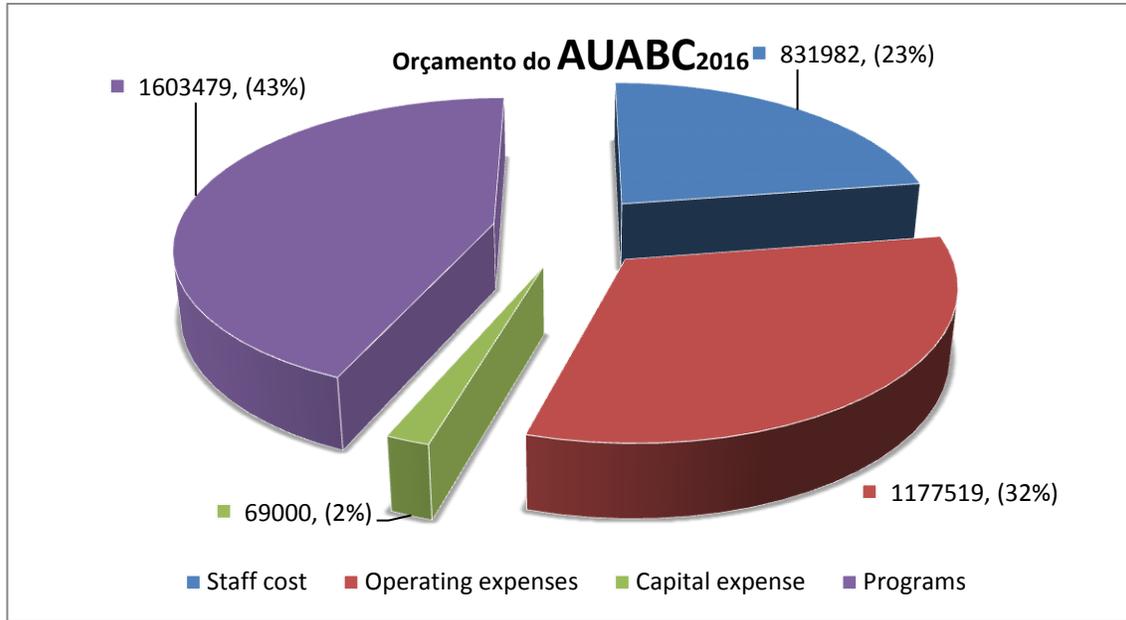


5.6 CONSELHO CONSULTIVO AFRICANO DA UNIÃO SOBRE A CORRUPÇÃO

O Conselho Consultivo da União Africana sobre a Corrupção (AUABC) propôs um projecto de orçamento de **776,408 \$EU** para 2016, que é 57 por cento inferior ao orçamento de 2015.

Os custos operacionais e outros do Conselho, antes de ser transferido para Arusha, Tanzânia, eram absorvidos pela Comissão da UA. Durante o seu primeiro ano de actividades, depois de ser transferido para Arusha, os seus custos operacionais foram suportados pelo governo sueco. Este apoio foi retirado em 2014, de modo que os Estados-membros tiveram que suportar os custos da instituição a partir do orçamento de 2015. Em 2016, o AUABC incorporou um orçamento para as despesas operacionais do Conselho em Arusha, Tanzânia.

Figura 7: Distribuição do Orçamento do AUABC por Categoria de Despesas

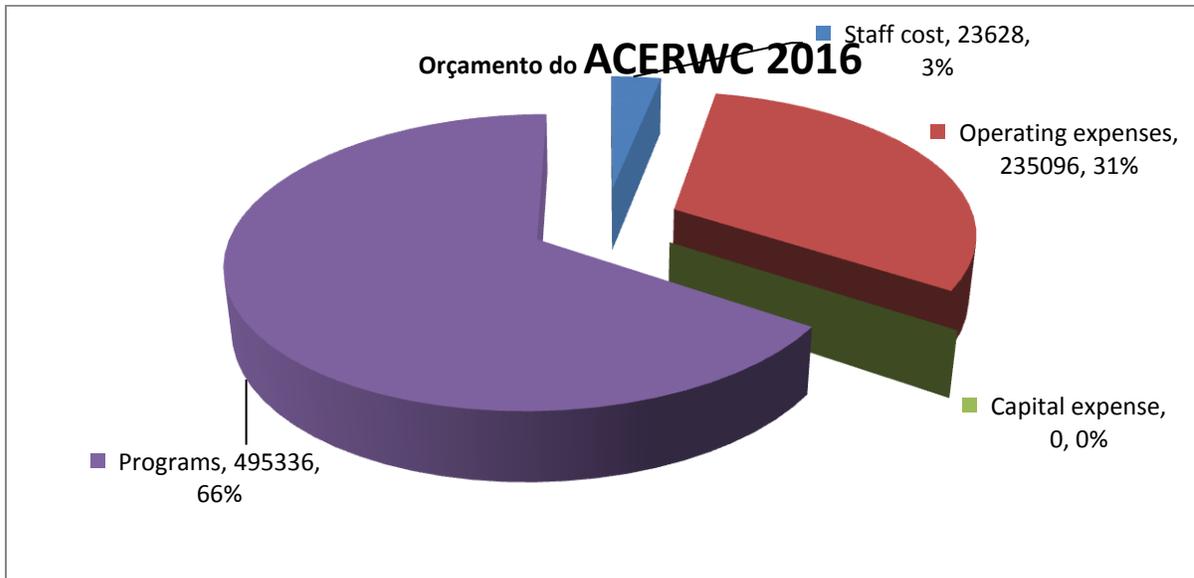


5.7 COMITÉ AFRICANO DE PERITOS EM DIREITOS E BEM-ESTAR DA CRIANÇA (ACERWC)

O ACERWC propôs um orçamento de **739,178 \$EU** para o exercício de 2016. O orçamento é composto de orçamento Operacional, num montante de **253,810 \$EU**, e orçamento de Programas, num montante de **485,367 \$EU**. A proposta de orçamento é 165.70 por cento superior do que o orçamento de 2015, devido, em parte, ao facto de os programas que conseguiram financiamento em 2015 terem sido reprogramados para 2016.

A distribuição do orçamento do ACERWC por categoria de despesas é apresentada no gráfico a seguir:

Figura 8: Distribuição do Orçamento do ACERWC por Categoria de Despesas

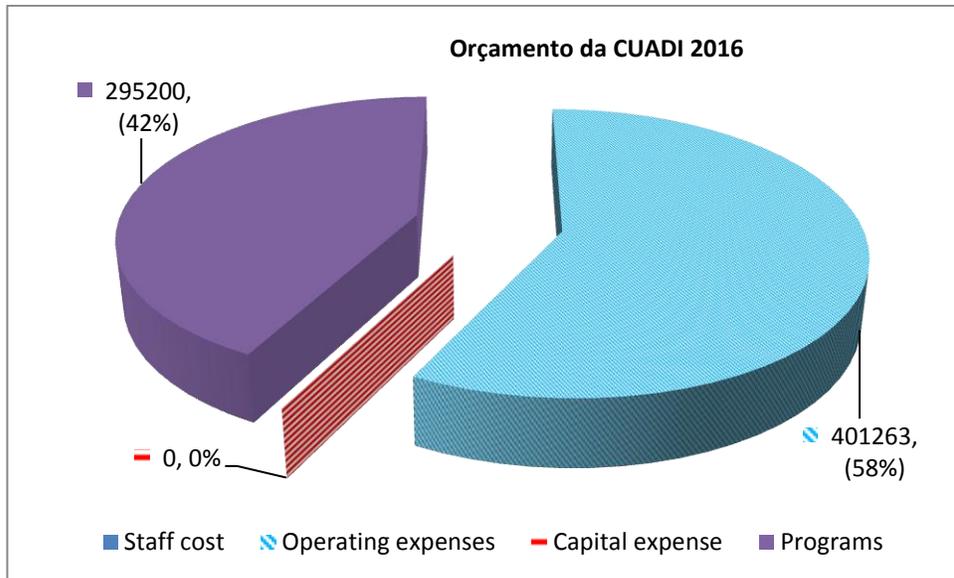


5.8 COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA DE DIREITO INTERNACIONAL

A Comissão da União Africana de Direito Internacional (CUADI) tem um projecto de orçamento de **684,775 \$EU** para 2016, tendo aumentado 6.57 por cento em relação ao orçamento de 2015. O orçamento é composto de orçamento Operacional, num montante de **389,575 \$EU**, e orçamento de Programas, num montante de **295,200 \$EU**.

A distribuição do orçamento da CUADI por categoria de custos é apresentada no gráfico a seguir:

Figura 8: Distribuição do Orçamento da CUADI por Categoria de Despesas



5.9 CONSELHO ECONÓMICO, SOCIAL E CULTURAL (ECOSOCC)

Após a 2.^a Assembleia Geral do ECOSOCC realizada em Dezembro de 2014, espera-se que o Órgão cumpra o seu mandato e leve a cabo as suas actividades a nível continental, bem como a nível dos Estados-membros. Para este fim, solicita-se um orçamento Operacional de **1,043,396 \$EU**, bem como um orçamento de Programas de **991,223 \$EU**, para o exercício de 2016. Prevê-se que o orçamento de Programas seja financiado a partir de fundos prometidos pelo Banco Mundial.

6.0 RECEITAS PARA O ORÇAMENTO DA UA

6.1 O financiamento para o orçamento de 2016 provém de duas fontes principais: (1) Fundos recebidos dos Estados-membros com base nas contribuições individuais, em conformidade com a tabela de contribuições e/ou novas fontes alternativas de financiamento, para suportar, principalmente, as despesas operacionais da União (salários do pessoal, outras despesas operacionais, despesas de capital e outras despesas gerais); e 2) fundos recebidos dos parceiros de desenvolvimento (bilaterais e multilaterais) para financiar projectos e programas de consolidação da paz e de desenvolvimento socioeconómico.

6.2 Prevê-se que as contribuições estatutárias propostas dos Estados-membros para o orçamento de 2016, sejam um pouco mais de **138 milhões \$EU** (36% do orçamento total e 5% superior ao do 2015). No entanto, os Estados-membros poderão ser obrigados a colocar mais recursos a fim de atender aos mandatos dos órgãos da União cada vez mais crescentes, absorver os custos recorrentes que

emanam dos projectos concluídos, aumentar a segurança, incluindo nos recintos da UA em face do aumento das ameaças extremistas, a intensificação da implementação da Agenda 2063, entre outros. Além disso, prevê-se que os Estados-membros aumentem o financiamento de contrapartida de programas por um valor nominal de 6 pontos percentuais, para 10 por cento em 2016, como uma medida de transição para uma aplicação plena da nova fórmula de orçamento sobre fontes alternativas de financiamento. Todavia, isto vai depender da vontade política para financiar as actividades da União a partir de tesouraria e/ou de fontes alternativas.

6.3 Os parceiros de desenvolvimento, como o Canadá, Suécia, Alemanha, Holanda, Estados Unidos, Reino Unido, Espanha, China, Turquia, Banco Mundial, UE e muitos outros, continuarão fundamentais para o financiamento de programas e projectos da União. Em 2016, espera-se que os parceiros contribuam **247 milhões \$EU**, representando 64 por cento do orçamento total, principalmente para financiar programas em conformidade com os acordos assinados.

7.0 JUSTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DE AUMENTAR AS CONTRIBUIÇÕES ESTATUTÁRIAS DOS ESTADOS-MEMBROS

7.1 O orçamento de 2016 marca o início das novas modalidades de financiamento das operações e programas da União. Com vontade política demonstrada para financiar as actividades da União a partir da tesouraria e/ou fontes alternativas, os Estados-membros irão suportar 100 por cento, 75 por cento e 25 por cento das despesas previstas no orçamento operacional, orçamento de paz e de segurança, respectivamente. Embora a sua implementação vai ser lenta ao longo de três a cinco anos para permitir que os países se adaptem à nova fórmula, será, contudo, um ponto de partida importante para passar de predominantemente dependente de parceiros para o financiamento de programas para uma situação de auto-suficiência, orgulho próprio e crença de que os problemas africanos podem ser resolvidos pelos africanos e responsáveis pelos africanos. Vai ser um Renascimento Africano baseado, certamente, nos ideais do Pan-africanismo.

8.0 DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A UNIÃO

8.1 O financiamento anual para o orçamento da União reduziu nos últimos anos. A instabilidade política em algumas partes do continente, juntamente com a crise económica mundial levou ao atraso de pagamento ou não pagamento de

contribuições para a UA por parte de alguns Estados-membros. O embargo económico imposto ao Sudão tem também impedido o país de contribuir para a UA. O financiamento dos programas da UA por parte dos parceiros também tem sido afectado. Ao longo dos anos, o seu financiamento tem vindo a diminuir, fazendo com que quase 80 projectos não arrancassem a tempo ou que a implementação de alguns projectos importantes fossem interrompidos, tais como a Universidade Pan-Africano, onde os alunos passaram meses sem receber a sua bolsa mensal e outros artigos essenciais.

8.2 Não obstante, a União continua a ser cada vez mais dependente do financiamento dos parceiros de desenvolvimento, que são imprevisíveis, selectivos, muitas vezes amarrados a condições restritivas, exigem uma gestão especializada, o que conduz, portanto, ao risco de não execução de alguns dos principais programas. A *Figura* abaixo mostra que parte significativa do orçamento de programa foi financiada pelos parceiros de desenvolvimento nos últimos cinco anos. A figura mostra também que a tendência do orçamento operacional, ao longo de um período de cinco anos, não retrata também uma melhoria desejável. A tendência mostra uma taxa de crescimento média anual de 3% entre 2010 e 2014.

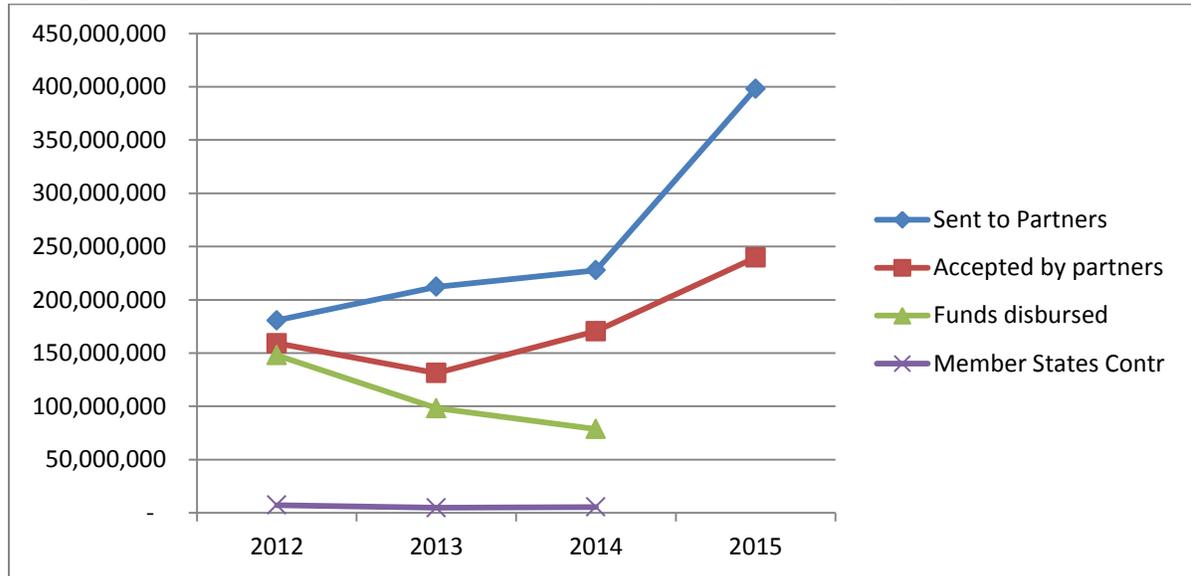
8.3 Este padrão de financiamento demonstra claramente que a União Africana precisa de uma base adequada, mais previsível de recursos regulares, a fim de cumprir o seu mandato e preservar a imagem de África para apoiar os Estados-membros a concretizar os seus objectivos de desenvolvimento. Uma parte significativa dos fundos prometidos pelos Parceiros não é, na verdade, assegurada devido à não-disponibilidade e/ou não desembolso.

Figura 10 Orçamento total dos Estados-membros versus Parceiros

8.4 Os parceiros de desenvolvimento foram fundamentais na concessão de financiamento para o orçamento de programas da UA na ordem de 96 por cento nos últimos anos. No entanto, o seu apoio teve como alvo principal os Pilares de paz e segurança, valores comuns e capacitação institucional, deixando de lado áreas críticas de integração e desenvolvimento. Nos últimos anos, o seu financiamento tem vindo a diminuir, como mostra a figura 11 abaixo. Por exemplo, em 2012, a UA negociou um projecto de orçamento de 181 milhões \$EU. Os parceiros, por outro lado, comprometeram-se a financiar 159 milhões \$EU, representando 88 por cento do montante negociado. Deste montante, 148 milhões \$EU foram desembolsados à UA, o que representa 93 por cento dos fundos prometidos. Em 2013, dos 212 milhões \$EU solicitados aos parceiros para financiar programas, apenas 131 milhões \$EU foram prometidos, o que representa 62 por cento do montante solicitado, e 75 por cento dos fundos prometidos foram efectivamente desembolsados. Em 2014, os parceiros prometeram 75 por cento dos 228 milhões \$EU que foram apresentados para negociação de financiamento, e 52 por cento deste foi efectivamente desembolsado. Mais uma vez, dos 398 milhões \$EU que foram apresentados para negociação com os parceiros para o orçamento de 2015, os parceiros comprometeram-se a financiar 240 milhões \$EU. Na figura, o orçamento que foi enviado aos parceiros para possível financiamento representa o orçamento ideal da União, devido ao alargamento do seu mandato. A análise revela, portanto, que, embora o mandato da União tenha aumentado de forma significativa não corresponde, no entanto, aos fundos disponíveis. Os parceiros que transmitiram esperança em termos de financiamento dos programas de financiamento são incapazes de cumprir o seu compromisso na totalidade, conforme mostra a figura. Isto fez com que vários projectos que não satisfazem os requisitos dos parceiros não fossem implementados durante anos. Os parceiros têm sido selectivos em áreas de apoio, e não têm favorecido intervenções nas áreas de integração e desenvolvimento, que são a chave para concretizar a visão da UA. Onde há garantia de financiamento, este tem sido imprevisível e afectado frequentemente a boa execução de alguns projectos importantes. O projecto de Universidade Pan-Africana está entre os muitos que foram afectados pelo financiamento dos parceiros. Às vezes, os alunos poderiam passar meses sem que

a sua bolsa mensal fosse paga, uma situação que afectou muito a sua aprendizagem.

Figura 11 Uma comparação dos fundos negociados com os parceiros versus Compromissos e Desembolso Efetivo - Orçamento de Programas da CUA



8.5 Não obstante os desafios supracitados, a União ainda possui uma capacidade comprovada de se afirmar em termos de financiamento das suas principais actividades. A União irá precisar de uma fonte de recursos mais sustentável e promover uma cultura da redução da dependência dos doadores para a implementação dos seus programas. A iniciativa sobre as fontes alternativas de financiamento transmite a esperança para estimular a apropriação por parte de África. A melhoria da previsibilidade do financiamento regular das actividades de desenvolvimento da UA é importante para a integração económica e sustentabilidade. Portanto, a União deve considerar profundamente a implementação total da nova fórmula para financiar o orçamento dentro de três a 5 anos.

8.6 Em geral, a União terá de manter a solidariedade e sustentabilidade financeira para que possa continuar com a sua agenda de desenvolvimento e integração continental. Finalmente, há necessidade de explorar também novas fontes de financiamento e parcerias com participantes não-estatais, como fundações independentes e o sector privado a nível do continente.

9.0 CONCLUSÃO

O Orçamento de 2016 foi elaborado num contexto de financiamento particularmente difícil. Será provavelmente implementado num ambiente marcado por um financiamento imprevisível por parte dos parceiros. O financiamento das operações e programas da UA com os recursos gerados localmente talvez seja uma opção viável nesta fase, se se pretender realizar as aspirações contidas na Agenda 2063.

ANEXOS

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2015

Draft budget for 2016 financial year

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4725>

Downloaded from African Union Common Repository